## ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 02/2021

1. **DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO**

## RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA

1. **VIRTUALMENTE EM 09 DE FEVEREIRO DE 2021.**
2. Aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um), em primeira
3. convocação às 16h, foi realizada virtualmente a Reunião Plenária Ordinária do
4. CAU/RJ de n. 02/2021, que teve início às 16h05, sob a coordenação do Presidente
5. Pablo Benetti. A Chefe de Gabinete Patricia Cordeiro procedeu ao cumprimento do
6. **item 1.-Verificação de Quórum (mínimo de 14 Conselheiros)** fazendo a chamada
7. dos **Conselheiros Titulares:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Angela Botelho,
8. Cárin Regina D'Ornellas, Davide Siffert Dulcetti, Leila Marques da
9. Silva, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa (falta
10. justificada), Luciana da Silva Mayrink , Luiz Damião Teixeira da Silva, Marcus Pedro
11. Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo
12. Cesar Benetti, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar
13. Saad, Paulo Niemeyer (falta justificada), Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, Rogério
14. Goldfeld Cardeman (falta justificada), Rosemary Compans da Silva, Sandra Regina
15. de B.Sayão Ferreira, Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado,
16. Tayane de Mello Yanez Nogueira, Tereza Cristina dos Reis (falta justificada), Vicente
17. de Paula Alvarenga Rodrigues (ouvinte), Zander Ribeiro Pereira Filho. **Conselheiros**
18. **Suplentes substituindo Titulares:** Sofia Eder, João Matos Rocha, Fernando
19. Newlands, Carlos Augusto Abreu, Arnaldo Lyrio, William Gomes (ouvinte).**Foi**
20. **anunciado o número de 25** Conselheiros presentes para iniciar a sessão. **Item 2 –**
21. **Hino Nacional Brasileiro.** Execução do Hino Nacional. **Item. 3.**
22. **Aprovação da Ata da Reunião n.01 de 12 de janeiro de 2021**. O Presidente pediu
23. a projeção na tela da ata que já sofreu as modificações antes solicitadas. Perguntou
24. se haveria mais alguma retificação a ser feita. Não havendo, foi aberta a votação que
25. teve 25 votos favoráveis. **Item 4. Apresentação da pauta e comunicados do**
26. **Presidente.** Inicialmente, esclarece que há um ponto extrapauta, que é a criação da
27. Comissão Temporária de Acessibilidade. Propõe que o ponto seja tratado em conjunto
28. com o da criação das outras comissões temporárias**. Colocada em votação a**
29. aprovação da pauta e a inserção do ponto extrapauta, foram computados 21 votos
30. favoráveis, um voto contrário, 4 abstenções. Conselheiro Davide justifica o seu voto
31. afirmando ter recebido a pauta com documentos com uma carta que não estava na
32. pauta, recebendo depois uma retificação; hoje se começa sem documentos das
33. comissões temporárias, só enviados uma hora antes do início da plenária. O
34. Presidente esclareceu que a pauta foi enviada no prazo regimental e houve tempo
35. hábil para prestar esclarecimentos sobre ela: o documento encaminhado agora foi
36. para esclarecimentos sobre a proposta de criação de comissões. O Conselheiro
37. Carlos Abreu se absteve pelo mesmo motivo e entende que afronta o regimento o
38. envio de documentos fora do prazo. **O Presidente registrou a presença da**
39. **Conselheira Federal Maira Rocha,** pedindo que apresentasse os informes do
40. CAU/BR. A Conselheira Maira saudou a todxs, iniciando um relato breve do mês:
41. eleição de presidente, vices e comissões; o CAU/RJ participou da plataforma da
42. presidente Nadia Someck; da primeira vice, Daniela Sarmento; e do segundo
43. vice,Jeferson Navolar; que ela ocupou a coordenação adjunta na CPFI, que tem por
44. coordenadora a Daniela Sarmento e como membro da CRI, relações internacionais;
45. registrou a importância da eleição da Nadia Someck e o plano dos 100 dias
46. envolvendo questões muito debatidas na campanha como o Siccau; também a
47. rejeição do aumento da anuidade; entende ter sido uma sinalização importante que
48. começa com esse direcionamento; na primeira reunião da CPFI, foi debatido o plano
49. da comissão para 2021; também o aumento do prazo para pagamento da anuidade
50. ;debatido o reembolso dos que pagaram anuidade; CPUA e CPP, não tem relato mais
51. aprofundado, debate da aprovação de projetos ;foi criado um GT CAU e CREA para
52. debater a harmonização profissional e (....inaudível) para propor um documento; no
53. plano de 100 dias, há várias oficinas ; na oficina sobre o Siccau, houve presença de
54. presidentes, debateu 3 momentos importantes; (...).chamar empresas para avaliar o
55. sistema; como garantir os dados numa auditoria; planejar a progressão tecnológica
56. do CAU, a transposição para uma nova plataforma; que falou com a gerente técnica
57. do CAU/RJ, Carolina Mamede que mostrou várias questões do sistema e como são
58. tratadas no CAUBR; há problemas de TI e de fluxo de informações; tem ressaltado o
59. fator comunicação, mesmo que o sistema tenha falhas mas é muito importante que os
60. técnicos do BR se aproximem dos UFs.; houve sugestão de manutenção on line até
61. que se entenda como ficarão as coisas para o futuro. O Presidente complementou: as
62. próximas oficinas do CAUBR serão sobre fiscalização cuja nova resolução esta
63. prevista para entrar em vigor em setembro; ainda terá uma oficina para tratar de
64. harmonização profissional e da relação entre CAU UF´s e CAU BR e outra sobre o
65. ensino à distância ; informa que houve uma reunião de presidentes com a Presidente
66. Nadia Someck que foi muito receptiva em relação às demandas dos presidentes;
67. como oficializar o fórum de presidentes; dar prioridade máxima ao Siccau; cuidar da
68. harmonização profissional com outros conselhos; e a idéia de elaborar um plano de
69. comunicação integrada com todos os CAUs. Outro informe, rápido, mais para
70. compartilhar com todos: a previsão de gastos do do ano passado previa a
71. possibilidade de utilizar R$1milhão e 400mil da reserva de mas o resultado final do
72. exercício foi de mais R$700 mil reais de superávit (R$ 722.884,70). Informou ainda
73. que a arrecadação de janeiro à 8 de fevereiro 2021:foi de R$ 2.405.464; Arrecadação
74. de janeiro à 8 de fevereiro 2020: R$ 2.663.508; Observação de que em 2020 o prazo
75. para descontos as anuidades se encerrava em fevereiro, em 2021 se estende até
76. março. Também informou que o setor de atendimento sensível a demanda de 425
77. solicitações para coleta biométrica, se dispôs a retomar o atendimento presencial
78. utilizando a van com todos os protocolos de segurança para a saúde com o seguinte
79. roteiro: Centro | 03/03/2021 | sede do CAU/RJ; Petrópolis | 10/03/2021 |
80. estacionamento da UNESA; Barra da Tijuca | 17/03/2021 | estacionamento UVA ou
81. UNESA; Niterói | 24/03/2021 | estacionamento Prefeitura; Maricá | 31/03/2021 |
82. estacionamento Prefeitura Nova Iguaçu | 07/04/2021 | estacionamento Prefeitura.
83. Outro informe é sobre a **Contratação de estagiários de arquitetura ; a** partir de abril
84. os contratos de estagiários que forem vencendo serão transformados de 6 para 4
85. horas. Esta alteração gradativa irá gerar “sobra” orçamentária que permitirá a
86. contratação de mais 4 estagiários. Teremos gradativamente até agosto, ao todo , 6
87. estagiários de arquitetura e 5 de outras áreas. Houve reunião da UIA sobre o
88. Congresso, que terá formato híbrido presencial e remoto, o modelo remoto começa
89. em março,abril,maio,junho; tratando cada mês um dos 4 eixos da UIA, ainda o formato
90. será mantido presencial, de 18 a 22 de julho, ;todos as apresentações de trabalho
91. estão mantidas; o valor da inscrição no formato remoto é de 90 euros,. Ainda, sobre
92. a impugnação que o CAU/RJ fez ao edital de Seropédica; informa que o TRF da 4ª.
93. região, RS, aceitou no mérito a questão do salário profissional, o que poderá ser
94. utilizado como jurisprudência nestes casos . Sobre a Gecin 64, criada pelo Ministério
95. da Economia, o informe recebido do CAU BR da conta de que vão criar comissão para
96. refazer essa resolução inconstitucional; o CAUBR foi convidado a integrar o GT. **5.**
97. **Ordem do dia 5.1. Ad referendum trabalho remoto (jan a fev).** Após uma indagação
98. informal, mas não colocada em votação, na última plenária, todos se manifestaram
99. favoravelmente à prorrogação do trabalho remoto até fevereiro. Colocado em votação
100. o ato *ad referendum*, foram computados 24 votos favoráveis e uma abstenção.
101. Conselheiro Paulo Saad quer declarar voto: votou a favor porque ainda há o processo
102. de expansão do contágio; mas na CEP votamos a prorrogação da não fiscalização
103. externa, que é outra questão, que é mais arriscada; entende que o não trabalho
104. remoto tem que vir junto com trabalho presencial; pede que na próxima plenária
105. quando se avaliar novamente o assunto qual é alternativa de trabalho remoto que está
106. sendo proposta. Presidente esclareceu que o ponto da pauta 5.2 contempla o que foi

## dito por ele. 5.1.2. Ato ad referendum sobre assinatura da carta ao Prefeito

1. **Eduardo Paes**. O presidente esclareceu que o Conselho Diretor tinha prazo para
2. assinar a carta, por isso o ad referendum, a CPU não tinha dúvida e a maioria foi a
3. favor e o CD examinou a pertinência da carta e se manifestou favoravelmente. A carta
4. foi subscrita por várias entidades. Dada a palavra à Conselheira Leila Marques: sobre
5. este ad referendum, ela avalia sobre dois aspectos, formal e do mérito.Com relação
6. ao mérito, compartilha das preocupações, da temeridade sobre a legislação em pauta
7. mas entende que esse mérito precisa ser pautado e avaliado na plenária; com todo o
8. respeito ao CD, não concorda que esta instância, com apenas 9 membros, seja porta-
9. voz do desejo do Plenário, composto por 27 integrantes. Sobre a forma: o documento
10. foi intempestivo - ele foi inserido com menos de uma semana da pauta plenária, numa
11. ação qualificada, equivocadamente, como ERRATA, quando na verdade deveria ser
12. apresentado como extrapauta- só isso já inviabilizaria toda a votação presente; a
13. forma como foi trazido foi infeliz, também a justificativa foi infeliz; também o CAU não
14. pode ser pautado, nem datado, por outras entidades de menor representatividade e a
15. própria CPU não teve unanimidade, o que sinalizaria um alerta e não uma justificativa.
16. Enfim, os pontos que o presidente justificou , não justificam o ato ad referendum;
17. deveria ter sido pautado neste plenário. Avisou que vai justificar o voto e pede que
18. insira na ATA. A Conselheira Rose, Compans coordenadora da CPu esclarece que a
19. votação foi de 3 a 2; que os argumentos de Sandra e Rogério não eram quanto ao
20. mérito mas sim, do ponto de vista da oportunidade; a defesa é de que fosse debatido
21. com mais profundidade, ouvindo as conselheiras Carla e a Marcia Queiroz,
22. subsecretárias da prefeitura; importante seria discutir mais, consultar as colegas sobre
23. o que aconteceu mas havia uma decisão a tomar porque a publicação ocorreu no dia
24. seguinte, assinada por 23 entidades inclusive pelo CREA que não é assim como as
25. outras assinantes uma entidade menor , e por não haver divergência quanto ao
26. mérito; existe um sistema nacional de entidades de gestão ambiental que não poderia
27. passar o licenciamento ambiental para uma secretaria de negócios; o que configura
28. claramente um conflito de interesses, um decreto do prefeito não pode mudar a
29. estrutura administrativa; a Daysi Gois, no Gaema, do MP, também vai entrar contra o
30. decreto do prefeito; e por haver urgência no prazo, decidiu-se seguir com as entidades
31. e susbscrever a carta, porque não havia divergência quanto ao mérito, como a Leila
32. expressou também. Conselheiro Davide chamou a atenção, sem falar do mérito, na
33. obrigatoriedade de seguir o Regimento Interno, o art.15 ; que juntamente com a pauta
34. devem seguir os documentos que serão objeto de deliberação; faltaram documentos.
35. O Conselheiro Lucas Faulhaber informou que o documento foi enviado no anexo, sim,
36. mas não estava no corpo do email, para deixar claro; foi uma demanda da sociedade,
37. a carta foi assinada pelo o CREA e outras entidades, não só entidades menores; isso
38. não significa que o tema ficará superado, ele continuará a ser debatido; precisa-se
39. discutir um protocolo para manifestações da comissão para o futuro.Conselheiro
40. Carlos Abreu reiterando colocações para afirmar que o regimento interno é
41. preponderante e por isso tem que ser respeitados pela nossa submissão ao MP,
42. TCU;são nossos CPFs que estão à frente do CAU; na discussão colocada no chat, o
43. Vitor, colocou que a plenária aprovou etc; a plenária não pode ir contra o RI; quanto
44. ao ad referendum, entende a questão do mérito e a assinaria mas com termos
45. diferentes; chamar colegas conselheiras para discutir deveria ser feito; ad referendum
46. é exceção à regra; não se colocou o documento para discussão, como a discussão
47. das comissões que foi colocada uma hora e meia antes da plenária. Conselheira
48. Sandra sobre o voto contrário ao envio da carta, não foi só pela questão administrativa
49. da prefeitura; entende que se trata de uma situação privilegiada em relação às gestões
50. anteriores porque duas conselheiras ocupam cargos na prefeitura e o Fajardo é
51. secretário; são 3 pessoas com poder de decisão nessa área; a carta é sem sentido já
52. que há um canal com 3 representantes; estamos sendo contrários de ir ao município
53. para entender; não quisemos entender, nós fizemos uma carta por achismo e não por
54. compreensão de fato; não estamos dando o devido crédito a uma gestão mal se
55. iniciou; colocou no email que nós somos o conselho para defender a classe que vive
56. de aprovar projetos na prefeitura, depende da engrenagem funcionando; os
57. profissionais estão esperançosos de que dê certo; não cobramos o que tem hoje e
58. não está dando certo há anos! Acha que pisamos com pé esquerdo para quem
59. começou gestão aqui como no município.Vai disponibilizar o email a que se referiu.
60. O Presidente com esclarecimentos finais, pondera que os colegas que criticam a
61. assinatura se estivessem na nossa posição teriam agido da mesma forma porque há
62. um *timing* político que não pode se perder; a avaliação é política e embora entenda o
63. argumento da Sandra, a avaliação é política. Se a plenária for contrária, que é
64. soberana, ele pede para tirar a assinatura; uma entidade como a nossa tem
65. responsabilidade, sim, tem um conselho diretor; todos tem o direito de votar contra,
66. que o grupo de vocês votou contra mas saber que está havendo licenciamento
67. ambiental transferido para o licenciamento econômico não é um bom sinal .
68. Conselheiro Saad, leu a carta e acha que é crítica mas é uma carta introdutória da
69. questão; sente que pode ser entendida como uma das muitas cartas que terão que
70. ser feitas a respeito desse assunto; a não fiscalização do licenciamento ilegal já
71. acontece há muito tempo; 3 exemplos óbvios, graves, por isso o MP já acionou contra
72. o processo de licenciamento. Mais que a carta é necessário discussão ampla que
73. possa formular críticas que são mais importantes que a carta colocada; tem que ter
74. parceria permanente com a sociedade, entidades, e no CAU a discussão dos assuntos
75. não só na CPU, ela tem que encaminhar o assunto para a plenária; lamenta não ter
76. entendido a urgência, concorda com Pablo com a questão política; quer ser
77. esclarecido com a questão da urgência. Conselheira Sandra, registra que ficou triste
78. com o que foi dito, porque não faz parte de qualquer grupo, é conselheira que batalha
79. pelos profissionais; discorda e concorda com seu próprio grupo e com o grupo do
80. Pablo. Conselheiro Carlos, decepcionado com a colocação do Pablo, porque não se
81. trata de representar grupos; e como conselheiros têm que ser respeitados, passa pelo
82. respeito o ad referendum usado desta forma perdeu o timing, inclusive no CREA, onde
83. a discussão está sendo discutida; o IAB não assinou; ad referendum tem momento
84. correto e necessário. Concorda com Leila para chamar os colegas da prefeitura Paulo
85. Silva (Licenciamento Ambiental), Marcia (licenciamento Urbano) e Carla
86. (Infraestrutura) para que expliquem a proposta para então tirar uma conclusão com
87. proposições concretas. Essa relação é importante. Conselheiro Leonam, concorda
88. com Pablo sobre o *timing*, o momento político; o governo não é novo, é mais do
89. mesmo , é a 3ª. gestão do Eduardo Paes; a questão do autódromo foi falácia; o
90. governo não vai inovar, a filosofia é a de levar licenciamento para os economistas que
91. vão dar as cartas, ocupando o lugar dos arquitetos. Acha que E .Paes não pensa em
92. planejamento,veja-se o absurdo da Transcarioca; acha que o que vem aí é mais do
93. mesmo , por mais que tenha Fajardo e colegas sérias. Não espera em 40 anos de
94. prefeitura, o que virá para o planejamento da cidade, há problemas; mas acha que
95. rapidez no licenciamento, não vai ser a salvação da lavoura. O meio ambiente vai ficar
96. em segundo plano. O Conselheiro Lucas manifestou-se afirmando ser deselegante
97. mensurar o tamanho das entidades; todas tem legitimidade, importância; foi uma
98. demanda da sociedade, discutida em tempo hábil na comissão, mas a discussão vai
99. continuar; vamos chamar as subscretárias para discutir; tarefa fica a cargo da CPU,
100. temos que valorizar o trabalho das comissões. Cons.Rose, os colegas pontuaram as
101. questões serem muito novas, que estamos de achismos e não trabalhando em cima
102. dos fatos; o CAU foi a primeira entidade a se manifestar contra o res.64 do Mins da
103. Economia que trata do assunto mesmo assunto, o ordenamento territorial submetido
104. ao interesse das atividades economicas; é a lei da liberdade econômica, tb não é
105. extemporanea da lei estadual Chicão Bulhões, liberando 290 atividades econômicas
106. e de licenciamento tanto de obras, como outras atividades; estamos no mesmo
107. movimento de ataque ao urbanismo, submetendo o planejamento à urgência e a
108. agilidade da livre iniciativa; nada disso é novo ; o CAU já se manifestou contra o
109. PL174; nada é novo da gestão de Eduardo Paes em sua 3ª. gestão, vão reapresentar
110. a lei de puxadinhos, a lei 141 das encostas, dos hotéis, acima da cota ; lembrando,
111. para finalizar , que os colegas tem que ser ouvidos mas nós fomos eleitos para ter
112. posicionamento crítico e vigilante em relação a todos os assuntos; e Paulo, você sabe
113. a importância do *timing,* nós recebemos a carta de entidades parceiras e não assinar,
114. poderíamos, mas ficaríamos isolados e ninguém faz política sozinho. **Colocado em**

## votação o ato *ad referendum* relativo à assinatura da carta, foram computados

1. **votos 13 a favor, 11 contra e uma abstenção**. Presidente propôs que as declarações
2. de voto sejam feitas por escrito para serem integradas na ata. **DECLARAÇÃO DE**

## VOTO APRESENTADA PELA CONSELHEIRA LEILA MARQUES COM

1. **ASSINATURA DE OUTROS CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS (encaminhada**
2. **por email; texto copiado e aqui colado)**: Os Conselheiros abaixo-assinados foram
3. contrários à assinatura AD REFERENDUM do Presidente do CAU/RJ no documento em
4. epígrafe, pelos seguintes motivos: Preliminarmente, cumpre-nos salientar que exigir que Ritos
5. e Regramentos sejam rigorosamente seguidos pelos dirigentes da Autarquia CAU RJ, não é
6. nenhum tipo de exagero legalista. Pelo contrário, trata-se da forma correta como todos os
7. Conselheiros eleitos deveriam conduzir suas atuações. Da parte dos Conselheiros signatários
8. deste voto, não partícipes da atual gestão, esta exigência torna-se instrumento legítimo para a
9. proteção da Instituição contra eventuais atos personalíssimos da presidência, que não levem em
10. consideração a necessária soberania do debate Plenário e, também, contra eventuais vícios que
11. possam incorrer em improbidade, desvio de finalidade ou outros. Dessa forma, encontramos as
12. seguintes situações contrárias ao uso do recurso "AD REFERENDUM" no caso em questão: 1-
13. A inserção deste ponto de pauta na reunião Plenária do dia 09, passado, não ocorreu no prazo
14. estabelecido no Regimento Interno CAU RJ, nem no Regimento Geral CAU BR. Ele foi
15. inserido a menos de uma semana da plenária, através de um e-mail da Chefia de Gabinete, sob
16. o título de "ERRATA". Ocorre que ERRATA numa PAUTA tem finalidade a correção de dado
17. previamente enviado, tais como uma data, um nome ou um erro gramatical. A inserção de um
18. novo conteúdo, no caso um ponto de pauta inteiro, não pode ser classificada como "ERRATA".
19. Não importando a causa (erro humano, esquecimento ou falha de sistema), um novo ponto só
20. poderia ser inserido como EXTRA PAUTA, o que é autorizado ou não no início da reunião, de
21. acordo com o entendimento Plenário. Não tendo ocorrido dessa forma, de pronto, respaldaria
22. um pedido de nulidade de toda a votação posterior. 2- Os motivos explicitados pelo Sr.
23. Presidente para ter lançado mão da assinatura do manifesto de forma AD REFERENDUM, não
24. justificam, institucionalmente falando, o uso desta ferramenta que precisa ser parcimonioso,
25. com finalidade de salvaguardar a instituição de algum tipo de prejuízo claro, seja de ordem
26. material ou não. Foram utilizados os seguintes argumentos: a) "O Conselho Diretor (CD)
27. aprovou" .O CD, de acordo com o Art. 69 do RI é uma instância auxiliar aos atos da presidência,
28. com objetivo de fortalecer a relação entre este e o Plenário. O CD não decide acima do Plenário
29. e nem por ele pode falar. b) "A Comissão de Políticas Urbanas (CPU) aprovou parcialmente"
30. Se a Comissão encarregada de atos relacionados às políticas urbanas não foi unânime com
31. relação ao assunto, isso deveria servir como ALERTA à Presidência e não de sustentação para
32. a tomada de decisão prévia, sem a escuta do Plenário. Ainda que o entendimento dos membros
33. da CPU tivesse sido unânime, persistiria a submissão deste ao Plenário, tal como o CD. O
34. Colegiado Plenário precisa ser ouvido, primeiramente, sempre, sob risco de tornar-se uma
35. instância obsoleta. c) "As signatárias deram prazo para aderir a carta" .Esse argumento, então,
36. é o menos razoável de todos. A Presidência submete o CAU/RJ a um cronograma definido sem
37. a participação do Conselho, por entidades que não pertencem à estrutura da qual esta Autarquia
38. Federal faz parte. O CAU não pauta, nem deve ser pautado, por nenhuma entidade à qual não
39. esteja legalmente submetido. Ademais, em nada o CAU RJ seria prejudicado se aderisse aos
40. termos da carta após debate e liberação plenária, ou mesmo se a plenária decidisse escrever seu
41. próprio manifesto. 3- Em que pese que muitos conselheiros tenham registrado suas posições
42. em defesa do mérito da carta-manifesto, inclusive alguns dos abaixo-assinados, fica claro,
43. portanto, **não** estamos nos posicionando contrários ao mérito. Nosso voto "contra" ao ATO
44. objetiva exigir o cumprimento de ritos necessários. A decisão da Presidência, amparada pelo
45. CD, sem nenhuma forma de consulta aos demais conselheiros, já na segunda plenária do
46. mandato deste Conselho, alertou-nos para o perigo do uso indevido do poder desta instância
47. executiva. Forma de decisão que pode ser lida como uma demonstração de desrespeito aos
48. mandatos constituídos. Concluindo, grande parte do tempo útil da Plenária acabou sendo gasto
49. com a discussão da forma como foi tomada a decisão e não com o seu conteúdo. Tempo este
50. que teria sido muito mais proveitoso para todos, por exemplo, ouvindo-se as colegas
51. Conselheiras, Subsecretárias da Prefeitura, o que daria melhores orientações ao grupo, para
52. melhor fundamento dos termos de uma carta própria do CAU, caso tivessem sido convidadas
53. para tal. Entendemos, portanto, que o ato AD REFERENDUM em questão não foi justificado
54. adequadamente, a não ser como uma mera vontade política do Conselho Diretor e não do CAU
55. RJ.Assinam: Carlos Abreu,Bianca Sivolella,Davide Dulcetti, Fernando Newlands, Leila
56. Marques, Marta Regina, Simone Feigelson,Sandra Sayão, Luís Damião,Carin D'Ornellas,

## Arnaldo Lyrio. 5.2. Aprovação de mais 3 meses de trabalho remoto (Minuta de

1. **deliberação projetada) e portaria de exceções em vigor.** O presidente informa que
2. a proposta de extensão de mais três meses de trabalho remoto esta amparada na
3. análise de faixa etária dos funcionários e do cronograma de vacinação, preservando
4. a saúde dos funcionários do CAU RJ .Esclarece que a portaria 10/2020, tem
5. caracterizadas as exceções de praxe; os setores que tem que ir à sede; assim como
6. atendimento itinerante que foi proposto pelo próprio setor, que também está
7. amparado pela portaria 10. Que o adiamento do trabalho presencial por 3 meses, dá
8. o tempo necessário para um planejamento futuro. O Conselheiro Luiz Damião,
9. independente do mérito da portaria entende que seja necessário estabelecer normas
10. para o novo período, que da forma como foi apresentada a deliberação, ela não pode
11. ser aprovada; porque ela convalida a portaria normativa 010 de 2020,no art.3º vê-se
12. um erro grosseiro porque mistura vale transporte com indenização de transporte;
13. assim sendo, sendo indenização de transporte, é proibido recolhimento cumulativo
14. com passagem sob o mesmo título; a portaria 10 deve ser cancelada, a e a partir daí
15. fazer a nova portaria estabelecendo os parâmetros; outra coisa, a portaria 7 0, ,não faz
16. menção a forma de estabelecimento de critérios nem valores para o ressarcimento; e
17. é fundamental, ela teria que ter isso estabelecido. Sugere que isso precisa ser revisto.
18. Conselheira Leila, aprova mas pergunta que portarias de exceção estão em vigor, o
19. que é exceção no trabalho remoto? Por que ? como? Patricia esclareceu projetando
20. a portaria 010, que faz as exceções. A Conselheira agradeceu. O assessor- chefe do
21. jurídico, Vitor Cardoso explicou que a portaria 010 prevê que os deslocamentos dos
22. funcionários deve ser feito às expensas do CAU.com o carro do CAU que está à
23. disposição. Quem possuir um carro pessoal, sem utilizar o carro do CAURJ, teria essa
24. despesa coberta pelo vale transporte, a ser recebido em pecúnia. O padrão é que o
25. deslocamento dos servidores seja feito pelo carro do CAURJ. Cons.Damião, reafirma
26. que tem certeza de que verificou a exceção na forma de vale transporte está errado,
27. não é vale transporte é indenização de transporte; o art.7º está errado. Quem usar
28. seu próprio veículo não pode usar o vale transporte. No objetivo, a portaria é perfeita,
29. e podemos concordar em prorrogar por mais 3 meses mas tem que corrigir a forma.
30. Cons.Leila, lembra que a plenária votou pela volta da fiscalização, quer saber o que
31. aconteceu? O Presidente propõe a votação pelo trabalho remoto, e aceitando
32. sugestão dos conselheiros mantem a portaria 10 excluindo o art.7. Esclarecendo à
33. Cons.Leila, em relação aos fiscais, foi estabelecido o protocolo, mas ainda não foi
34. assinado pelo sindicato ; o que poderá ser feito, a própria CEP poderá votar essa
35. questão tb; pediu à CEP para avaliar a urgência de cada caso , com risco, para abrir
36. exceção; o protocolo existe, nada foi feito de maneira açodada; Cons. Luiz Damião,
37. em aparte, concorda mas sugere ao invés de suprimir o art.7, o trabalho remoto com
38. novos parâmetros. O Presidente esclareceu que não é possível porque toda semana
39. tem uma demanda concreta. **Colocada em votação** a minuta da deliberação plenária
40. com o enunciado **aprovar a deliberação plenária sobre manutenção do trabalho**
41. **remoto por mais 3 meses e revogar o art.7 da portaria 010.** Foram computados **26**

## votos favoráveis à proposta, nenhuma abstenção. 5.3. Criação e

1. **composição das Comissões Temporárias- Comissão de Assistência Técnica**

## em Habitação de Interesse Social, Diversidade, Interior e Setor Público e

1. **Acessibilidade**. O Presidente, citando os artigos do Regimento sobre a criação e
2. composição das comissões temporárias pediu à Conselheira Leslie Loreto para fazer
3. a defesa da **criação da Comissão de Athis**: num cenário de pandemia e seu
4. agravamento, há a necessidade de implementação da lei 11.888, da assistência
5. técnica; é imprescindível a existência da comissão, mais a criação do GT da prefeitura
6. para regulamentar a lei; são interessados em compor a comissão, ela, Mauri Vieira,
7. Paulo Vergara e Emmily Leandro e como membro externo, Marcelo Edmundo, do
8. movimento popular, para trazer questões da moradia popular. O Conselheiro Paulo
9. Saad se inscreveu para uma questão preliminar: ele se preocupa com a discussão de
10. conjunto do conselho, o planejamento para este ano, a revisão orçamentária , para
11. construir esse plano , e para todas as comissões criadas hoje; a preocupação é que
12. se possa fazer discussão do conjunto, de prioridades, de programas, de plano para
13. este ano; que todas as comissões são parte integrante disso; vê a acessibilidade,
14. ATHIS, que já acontecem, mais duas novas cuja discussão não é isolada, tem que ser
15. feita no conjunto do CAU; proposta concreta é que aprovar a fazer a discussão de
16. todas as comissões mas votar por um maior detalhamento das 3 comissões, seus
17. conteúdos; mas as outras não; há sombreamento das comissões e há que se alinhar
18. esses conteúdos. Discutir e aprovar 3 comissões e adiar a aprovação das outras.
19. Conselheira Leila: que houve um debate no início sobre aprovar ou não a pauta sobre
20. o lapso de tempo entre a apresentação do que são essas comissões; as comissões
21. temporárias são auxiliares, têm finalidades específicas; em geral ela é instituída por
22. uma ordinária; voltamos a questão dos ritos, precisamos conhecer as regras do jogo.;
23. está surpresa que houve espaço para apresentação de temporárias, não houve
24. comunicado aos demais conselheiros; não foi consultada para fazer parte da
25. comissão de serviço público;que ela é servidora pública; a do interior, o fórum de
26. entidades já supre; então, é para amadurecer; há implicação de deixar de lado a
27. comissão de políticas profissionais porque não fazemos parte das discussões porque
28. param no CD e vem já resolvido; pede um pouco mais de cuidado com isso. Por isso,
29. o que não entende, vota contra ou se abstém. A Conselheira Angela, acha muito
30. estranho que antes de apresentar as comissões, já se vem dizendo por que criar e
31. não querendo entender; Paulo, não é sombreamento com a CEP; eu fui da CEP nas
32. duas primeiras gestões e estou agora também; o que há é transversalidade, em
33. problemas que se tratam na CEP também, como a questão do salário mínimo, o
34. sistema do Siccau, a questão dos servidores públicos; o que vai para a CEP ou é
35. salário mínimo ou exercício profissional; sempre tivemos dificuldade em lidar com o
36. serviço público; na primeira gestão convidou a Marcia para apresentar a legislação;
37. ela não vê isso como sombreamento; além do que, neste momento político, o serviço
38. público está sendo muito atacado, por isso é importante tratar desse assunto; é
39. importante que se ouça isso, porque temos servidores públicos como conselheiros
40. mas fizemos discussão dentro da chapa com vários servidores; o próprio Siccau não
41. permite acesso aos servidores públicos; por isso pede que se aprove a Comissão hoje
42. ainda. A Conselheira Tanya pediu a palavra e afirmou que não entende a colocação
43. do Conselheiro Saad porque na primeira plenária foi anunciado que na plenária
44. seguinte seriam apresentadas as temporárias; como dizer que vocês não sabiam?
45. Como fingir que não aconteceu reunião entre as chapas, fingir que não houve os
46. projetos de campanha e que se concluiu que as comissões fossem necessárias; não
47. dá para ser incoerente; é absurdo, vocês utilizaram isso nas campanhas, e agora ,
48. como conselho temos que mostrar a que viemos; um foro de entidades do interior não
49. é a mesma coisa que uma comissão; por último observa que há uma necessidade de
50. questionar o tempo todo métodos e procedimentos apesar de não ser uma questão
51. de mérito pois o que está sendo atacada é a nossa profissão. A Cons.Rose disse que
52. seria ideal que discutíssemos tudo, amadurecendo os temas, como dito pelo Saad
53. mas muitas vezes isso é imobilizante; defende a criação da comissão de serviço
54. publico e da comissão do interior porque os servidores públicos estão sob ataque feroz
55. do governo federal, propondo uma reforma administrativa para o fim da estabilidade,
56. congelamento de salários, sucateamento de órgãos. O Conselheiro Lucas colocou
57. uma questão de ordem: por que estamos discutindo comissões antes de ser
58. apresentadas?; que antes das próximas falas sejam apresentadas todas as
59. comissões. O Presidente acolheu a questão de ordem, seguindo a apresentação das
60. comissões, setor público, interior e acessibilidade. **Conselheira Luciana Mayrink**
61. **apresenta a Comissão da Equidade e Diversidade**:.que elaboraram ao longo do
62. tempo um GT que discute esse tema; a Comissão vai discutir a promoção da
63. igualdade entre todos os arquitetos, independente de gênero, raça ou classe; defender
64. a representatividade da diversidade, promoção da justiça social, acredita que
65. podemos construir um fórum de equidade e diversidade, onde possa ser discutido o
66. diagnóstico de gênero da arquitetura, como do CAUBR.; discutir os recortes
67. identitários na nossa atuação, trazendo a representatividade de todos os arquitetos;
68. promover inserção dos escritórios, destacando o registro das arquitetas; pós-
69. pandemia, promover um evento presencial, indo para o interior para trazer os
70. profissionais que se sentem excluídos do CAU; estreitar os vínculos com as escolas;
71. sempre apoiando a idéia de representatividade; implementar agenda urbana de
72. maneira transversal; acredita que a comissão de gênero deve ser mais ampliada,
73. tratando de outras questões que são recortes que sofrem discriminações. Propõe para
74. composição: ela, Natalia Cidade, Alyne Reis, Lucineia Lopes e Patricia Oliveira ,como
75. membro externo. Dada a palavra a Conselheira Tayane Nogueira para a defesa da
76. **Comissão de Interior**: o CAU esteve afastado do interior; no ano passado foi criado
77. o fórum das Entidades mas não atendeu as demandas do interior; ouviu-se muita
78. reclamação sobre a ausência do CAU no interior, focado só na capital; proposta de
79. entrar em contato com as entidades do interior; entrar em contato com outros CAUS
80. UF para saber como se deu essa relação; aproximação com as prefeituras e tentar
81. ver auxílio ao licenciamento; orientar entidades; transversalmente a outras comissões,
82. ordinárias e temporárias, mas seria uma visão voltada para o interior Para compor a
83. Comissão foi convidado o ex-conselheiro Gustavo Manhães, de Campos; o
84. Conselheiro William Gomez, de Volta Redonda; Zander Pereira de Campos e Adriano
85. Arpad, de Petrópolis**. Comissão do Setor Público**. A Conselheira Angela já fez
86. defesa mas complementou ressaltando a transversalidade dos temas de cada
87. Comissão e a certeza de que essa comissão não comprometerá o trabalho da CEP,
88. como referido pelo Conselheiro Paulo Saad; para compor a Comissão, ela, a
89. Conselheira Lilian Varela, Conselheiro Luis Valverde, Conselheira Viviane Vasques e
90. como membro externo, Marguerita Abdalla. O Conselheiro Arnaldo Lyrio apresentou **a**
91. **Comissão de Acessibilidade**: distribuiu um documento com o arrazoado sobre a
92. importância da acessibilidade, importância no espaço público, que dá direito às
93. pessoas as oportunidades da cidade.; embora se associe a (. inaudível) também se
94. trata das pessoas com mobilidade reduzida; a visão tem que ser divulgada e discutida
95. mas há dificuldade de se entender; a acessibilidade é atributo do espaço, é um
96. conjunto de projeto, tem importância internacional na visão das cidades; ressaltou o
97. trabalho feito na gestão anterior pela Regina Cohen o que justifica manter a comissão
98. de acessibilidade. Como membros, ele, a Conselheira Cárin D´Ornellas, Conselheira
99. Gisele Labrea e membros externos, as arquitetas e urbanistas Regina Cohen e
100. Natalia Kochem. O Presidente pergunta ao Cons.Paulo Saad se ele mantém a
101. proposta de votar as 3 comissões.Ele manteve porque entende que a discussão da
102. CEP, o que se pretende na cep e a discussão desse conjunto está por se fazer,
103. defende que se faça a discussão, precisa ser feita antes de aprovar as comissões.
104. tem que discutir a Cep, o que se pretende lá, ainda está por fazer. Ouvimos as
105. propostas mas mantem o seu encaminhamento. O Conselheiro Lucas colocou uma
106. questão de ordem porque havia outras pessoas inscritas, Davide, Carlos Abreu,
107. Rodrigo Bertamé. Acolhida a questão de ordem. Dada a palavra ao Conselheiro
108. Davide; reforçou que os documentos deviam ser apresentados antes, para poder
109. observar porque há muitos pontos; ele não é contra a criação da Comissão do Interior
110. mas deveria haver o debate antes para aprofundamento desse plano de trabalho que
111. está pobre; citou a Conselheira Rose que disse que se estava devendo para o interior;
112. que a chapa dele contemplava o interior; reforça a proposta do Conselheiro Paulo para
113. aprofundar a discussão antes de aprovar. O Conselheiro Carlos Abreu, fez duas
114. observações: quanto a tempestividade do arrozado das comissões; segunda, assim
115. como nas comissões ordinárias, quando se apresentam as comissões, os membros
116. do conselho têm o direito de se apresentar como candidatos a essa comissões, mas
117. é estranho a comissão já vir pronta, com a composição pronta. Para responder à
118. colega que nos chamou de falsos, sabíamos que haveria discussão de comissões,
119. mas não com uma hora de antecedência. Conselheiro Rodrigo Bertamé, quanto a
120. transversalidade, todas as comissões terão transversalidade com a CEP, e é
121. responsabilidade da CEP discutir o serviço público, que é muito importante ante o
122. desmonte que está ocorrendo; é muito importante que uma autarquia como o CAU
123. construa as instâncias para discutir o serviço público que é a melhor estrutura para
124. massificar a categoria, inclusive os arquitetos;no interior, há continuidade de trabalho,
125. o fórum do interior criou o campo para que a Comissão chegue num território que já
126. existe; garantir a continuidade; discussão das peculiaridades de cada comissão para
127. além da transversalidade. A Conselheira Leila pediu a palavra: corrigiu o colega Abreu,
128. dizendo que a expressão utilizada pela conselheira Tanya foi “fingindo que não
129. estamos fazendo alguma coisa”; esclareceu que, pelo contrário, estão escancarando
130. que estão alijados; que não há diálogo, que queremos ter o sentimento de
131. pertencimento do CAU, daí a importância saber quais as regras para a criação de
132. comissões temporárias; que até então havia apenas conversas entre dois grupos
133. eleitos e que agora eram conselheiros de fato, "treino é treino, jogo é jogo", arguiu.
134. Que "precisamos de ritos para não ficarmos alijados dos assuntos"; os conselheiros
135. querem participar ; que cobrar a legalidade das coisas é imperativo para quem não
136. faz parte da gestão e precisa se inteirar dos fatos; nas conversas informais
137. preliminares, os colegas só queriam falar de conteúdos e não nomes, mas agora já
138. vieram com nomes escolhidos. O Presidente esclareceu que foram convidados para
139. fazer parte do CD e não entende por que não quiseram fazer parte; seria uma maneira
140. de iniciar outro caminho; sem entrar no mérito do por que não aceitaram, lamenta
141. sempre a ausência de vocês; entende que houve um auto-alijamento. Antes e colocar
142. em votação, o Presidente propôs a prorrogação da plenária por mais uma hora.
143. Colocada em votação **a prorrogação até as 20h15, recebeu 17 votos favoráveis,06**
144. **contrários e 03 abstenções**. Colocada em votação **aprovar a votação das 5**

## comissões temporárias, ATHIS, Acessibilidade, Interior, Serviço Público e

1. **Equidade e Diversidade, foram computados 18 votos favoráveis, 06 votos**
2. **contrários e 02 votos de abstenção.** Colocando em votação **a composição das**

## comissões propostas pelo Conselho Diretor como instância proponente:

1. **Comissão de Athis**: Leslie Loreto, Pablo Vergara, Emmily Leandro, Mauri Vieira e
2. Marcelo Edmundo.; **22 votos favoráveis e 03 votos de abstenção; Comissão de**
3. **Diversidade** Luciana Mayrink, Natalia Cidade, Alyne Reis, Lucineia Lopes e Patricia
4. Oliveira ,como membro externo**, 23 votos favoráveis e um voto de abstenção;**
5. **Comissão de Acessibilidade** Arnaldo Lyrio, Cárin D´Ornellas, Gisele Labrea e
6. membros externos, as arquitetas e urbanistas Regina Cohen e Natalia Kochem; **22**
7. **votos favoráveis e 01 voto de abstenção; Comissão do Interior** o ex-conselheiro
8. Gustavo Manhães, de Campos; o Conselheiro William Gomez, Zander Pereira e
9. Adriano Arpad.16 votos favoráveis, **01 voto contrário e 07 votos de abstenção**
10. **.Comissão do Setor Público** Angela Botelho, Lilian Varella Luis Valverde, Viviane
11. Vasques e como membro externo, Marguerita Abdalla.**13 votos favoráveis e 09**

## votos de abstenção. 5.4.Redução da carga horária dos comissionados.

1. Presidente pediu a projeção da planilha .Presidente explicou que a questão é
2. importante porque precisa ser aprovado pela plenária.O orçamento de 2020 para
3. 2021, previa uma correção de INPC 2,5% como nos últimos anos; fomos
4. surpreendidos com a modificação do INSS que caiu para 21% e o INPC foi para 5,4%;
5. não é obrigatória a concessão do INPC integral. A proposta de redução da carga
6. horária dos cargos comissionados é medida de precaução para não bater na meta do
7. CAU de 55%;de comprometimento com a folha salarial assim, propõe manter o
8. reajuste de 3,0% e reduzir a carga horária dos cargos comissionados não
9. concursados; reduziria em 25% e 12,5% dos salários; a medida é de precaução para
10. que não se alcance a meta dos 55%; com as reduções ficaremos com
11. 51,48.%.Proposta é para cargos comissionados de não concursados acima de
12. 14mil,com redução de 25% e carga horária de 6 horas; os cargos abaixo de 14,
13. redução de 12.5% e redução para 7 horas. Se a arrecadação aumentar, a medida
14. pode ser revista. Aberto o debate: Conselheiro Damião quer saber se isso foi
15. analisado pela CPFI de 2020. Respondido que a proposta é da nova presidência; há
16. atropelo; atribuição para o planejamento é da CPFI; na questão da susbtituição do
17. vale transporte pelo vale do trabalho remoto,é compreensível; em razão dos custos;
18. mas pessoas que moram em lugares diferentes, com valores diferentes, mas
19. transformando em trabalho remoto, eles tem a mesma natureza. Isso pode gerar
20. questionamentos no sindicato e na justiça; como proposta da presidência, está bem,
21. mas precisa encaminhar para a CPFI; não é possível resolver agora numa plenária.
22. Pede que o ponto seja retirado de pauta para encaminhamento à CPFI para que emita
23. um parecer para trazer à plenária. A Conselheira Leila lembrou que o PCS está
24. provisório desde 2017; já trabalhou com isso e se oferece sempre para tratar disso,
25. inclusive com uma comissão de organização e administração; que também serviria
26. para análise de situações administrativas que antecedem a contabilidade, para depois
27. juntar com a análise da CPFI para ver valores; aproveita o gancho da conversa para
28. lembrar que o CAU está devendo um novo PCS aos funcionários e a sociedade.
29. Conselheiro Davide, a proposta é estapafúrdia, se o conselho com o caixa gordo que
30. tem, agora tem que fazer redução de carga horária e salário; e apoia a revisão do PCS
31. e número de comissionados; ele é contrário à proposta. O assessor jurídico Vitor
32. Cardoso pediu a palavra para esclarecer que são apenas os comissionados não
33. concursados, não sindicalizados, mas o registro do acordo tem que ser feito na
34. Delegacia Regional do Trabalho, há base legal para isso; quanto ao vale transporte,
35. ele não está sendo pago porque não está havendo locomoção e assim, não há
36. substituição; o auxilio home office é entendido como uma indenização ao trabalho
37. remoto. Conselheiro Lucas, a proposta há uma previsão da receita mas não vai
38. aumentar a receita, a rubrica será demissões ou redução de salários, e houve
39. conversa com as pessoas afetadas pela medida. A proposta é temporária, entende
40. ser importante pensar a longo prazo o PCS e compete à CPFI pensar isso, fazer um
41. GT específico para pensar de forma prospectiva o PCS., neste momento é concreto
42. dar conta desse teto;a questão é do tempo, passar pela CPFI antes, entende mas
43. quer entender o por que de aprovar nesta plenária e não na próxima. O Conselheiro
44. Bertamé, como viu pela discussão, compreendeu que teria havido uma discussão com
45. o sindicato, entendeu que é um grupo específico e partiu do próprio grupo a proposta
46. de redução; a dúvida, quantos são, e por que a urgência nesta plenária. Conselheiro
47. Damião, reproduz a questão do vale transporte, tem que adequar, se é uma verba
48. indenizatória, não pode ter disparidade com o valor do vale transporte; gostaria que
49. suas falas fossem ouvidas pelo o que ele disse; ele se referiu especificamente ao que
50. o presidente falou; ele tem preocupação com o erro que resulte na necessidade de
51. devolução pelo funcionário. Apela para que a questão seja encaminhada a CPFI. O
52. Presidente foi informado do tempo excedido da reunião. A urgência, se não votar
53. agora o novo regime, só pode ser implementado em abril. Não chega a ser dramático
54. mas quanto mais tempo se continuar, mais compromete a relação, os 55% é
55. determinação do CAUBR; mas se não conseguirmos, teremos que demitir algum
56. cargo comissionado, e ele não quer isso, são salários altos mas a redução se aplica
57. a 7 funcionários em total de 51; ele gostaria de passar pela CPFI mas há decisões
58. que tem que ser tomadas com certa urgência. Se ele tiver um voto de confiança da
59. plenária, e a CPFi aprovar, ele faz um ad referendum. O gerente-geral Ricardo
60. Gouvea, pede para complementar: dirigindo-se ao Cons.Damião, que não se trata de
61. transformação de vale transporte em auxilio remoto, a fonte orçamentária para este
62. vai ser uma transposição no orçamento de recursos do vale transporte que não está
63. sendo utilizado; não há sobra de caixa, a situação hoje é premente, são 8 cargos
64. envolvidos, iniciativa de 3 comissionados, articulado com os outros 5, que seria
65. regularizado na delegacia do trabalho. Por 3 meses e prorrogáveis por mais 3, trata-
66. se de um pacote, que se compensam: a redução, o vale do trabalho remoto e a
67. aplicação do INPC; as medidas dialogam entre si e precisamos da definição porque
68. é retroativa, definir o percentual do INPC. Conselheiro Lucas propôs um
69. encaminhamento para que a questão tramite na CPFI.Se a CPFI, concordar, ,
70. encaminhar para o presidente fazer o ad referendum. Conselheira Leila manifestou
71. sua preocupação com a informação de que é iniciativa dos servidores; que com a volta
72. da fiscalização houve problema. Patricia Cordeiro esclareceu que foi proposta dela,
73. Flavio e Ricardo e que há poucos funcionários para a quantidade enorme de trabalho
74. que temos, que perder um membro da equipe seria um transtorno enorme. Presidente
75. afirmou que a plenária terminou e por isso não há como votar mas espera uma atitude
76. responsável da CPFI; reitera que é um pacote, redução, o auxílio do trabalho remoto
77. e aplicação de INPC, recursos que podem ser remanejados, tudo já foi conversado e
78. todos estão de acordo para levar à Delegacia do Trabalho. Ele é contra a redução,
79. mas houve muitas simulações para se chegar a esse número, ele garante. Se vier
80. uma contraproposta tem que ser rápida para poder ser a partir de abril. A receita é
81. calculada anualmente e não mês a mês. A correção de 3% do INPC e o auxílio remoto,
82. esses pelo menos darem uma sinalização, já poderia ser implementado pela
83. presidência. O Presidente informou que fará ad referendum das indicações de nomes
84. para conselhos municipais que já estão em funcionamento, encaminhados pelo
85. Núcleo do IAB de Nova Iguaçu: Indicação para o Conselho Municipal de Habitação de
86. Nova Iguaçu: a arquiteta Thais Zichtil Aleixo ( titular) e o arquiteto Fábio Bruno de
87. Oliveira (suplente);Conselho Municipal que irá gerir o Fundo Especial de Defesa e
88. Reparação de Interesses Difusos Lesados: Adriano Arpad Moreira Gomes; Conselho
89. Municipal de Política Urbana e Gestão Territorial; para o Conselho de Política
90. Municipal de Nova Iguaçu, o ex-conselheiro Fernando Mendes Junior (titular) e o
91. arquiteto André Zichtl da Fonseca (suplente) . A reunião se encerrou às 20h15 ..Eu,
92. Marina Burges Olmos, secretária da mesa, lavrei a presente Ata que vai assinada por

## mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. Rio de Janeiro, 09 de

1. **fevereiro de 2021.**
2. 

Assinado de forma digital por PABLO CESAR

BENETTI:7179 BENETTI:71794794700

PABLO CESAR

Dados: 2021.05.11

# 4794700

15:40:50 -03'00'

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 585 |  |  |
| 586 | **Marina Burges Olmos** | **Pablo Cesar Benetti** |
| 587 | **Secretária-Geral da Mesa** | **Presidente do CAU/RJ** |
| 588 |  |  |